

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 105.ª Sessão Ordinária

(Convocação Extraordinária)

Realizada em 9 de Julho de 1971 — (Sexta-Feira)

Presidência do sr. deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos srs. deputados Domicio Scaramella e Alvaro Dias.

As 10,00 horas, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfredino, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumort, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Rütger, Osilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão (44); achando-se ausentes, os srs. deputados: Wilson Fortes, Cândido Martins de Oliveira, Xenofonte Villanueva (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede a leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 61, 60, 59, 58, 57, 56, 55, 54, 50, 49, 48 e 47, do senhor Governador do Estado comunicando haver Vetado Integralmente os projetos de lei n.ºs:

228-70: Do senhor deputado Agnaldo Pereira Lima, que visa criar uma Escola Técnica de Comércio no município de Santa Amélia, para funcionar a partir do ano letivo de 1971. — A C.C.J.

138-70: Do senhor deputado Arthur de Souza, que visa a criação, em Abranches, nesta Capital, de um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

305-70: Do senhor deputado Erondy Silvério, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à orfã menor, Mônica Angélica Silveira. — A C.C.J.

211-70: Do senhor ex-deputado Luiz Cruz, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Lucia Maria Teixeira Costa, viúva de Mário Costa, ex-servidor público estadual. — A C.C.J.

190-69: Do senhor deputado Ovidio Franzoni, que visa a criação, nas sedes dos municípios de Japurá e Barbosa Ferraz, respectivamente, uma Escola Técnica de Comércio, de grau colegial, e em Fênix, uma Escola Normal. — A C.C.J.

30-70: Do senhor ex-deputado Luiz Cruz, que visa doar à Prefeitura Municipal de Colombo, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, material elétrico que havia sido concedido àquela Prefeitura. — A C.C.J.

271-69: Do senhor deputado David Federmann, que visa doar ao Município de Prudentópolis, por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, a ambulância marca "Willys", cor branca, certificado de registro n. 493006, expedido pelo DETRAN. — A C.C.J.

270-70: Do senhor deputado Erondy Silvério, que visa autorizar o Poder Executivo a conceder um auxílio de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), ao Instituto de Cultura Espírita do Paraná, para fins de implantação, neste Estado, da Universidade Espírita. — A C.C.J.

43-70: Do senhor deputado Paulo Poli, que visa criar a Escola Normal Estadual Colegial e a Escola Técnica de Comércio, no município de Alto Piquiri. — A C.C.J.

75-70: Do senhor ex-deputado estadual Túlio Vargas, que visa transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia que liga a Pr-86 à Rodovia BR-277, desde Perobal no município de Umuarama, até a cidade de Cascavel, passando por Assis Chateaubriand e Alto Piquiri. — A C.C.J.

23-70: Do senhor deputado Paulo Poli, que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Mamborê ao de Ubitatã, num trecho de aproximadamente 40 (quarenta) quilômetros de extensão. — A C.C.J.

213-69: Do senhor ex-deputado Luiz Renato Malucelli, que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, as estradas que servem à "Colônia Witmarsum", ligando a BR-277 e a Rodovia do Café. — A C.C.J.

EMENDA SUPDESSIVA

Ao Projeto de Lei n. 96-71

Art. 1.º — Fica suprimido o art. 8.º, do Projeto de Lei n. 96-71, assim redigido:

"Art. 8.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite do excesso de arrecadação efetivamente realizada, nos termos do inciso II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964".

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1971.

(aa) Nivaldo Krüger, Alvaro Dias.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado João Mansur, solicitando Regime de urgência para o Projeto de Lei n. 69-71.

— De autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando Dispensa de Publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n. 96-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a transcrição nos Anais da Casa, da carta dirigida ao exmo. sr.

Governador do Estado, pelo sr. Odir Gomes da Rocha, presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1971.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao excelentíssimo senhor doutor Daniel Egg, digníssimo secretário de Saúde do Estado, no sentido de que o mesmo promova, por todos os meios de divulgação, campanha de esclarecimento à população sobre a doença de Chagas, que assola diversos municípios do Estado e já se estende à nossa Capital.

Essa campanha de esclarecimento objetiva tornar mais eficiente, com o apoio da população, o combate a essa insidiosa moléstia, que vem sendo encetada pelo Governo Federal e Governo do Estado, e qual estão sendo gastos grandes recursos.

A procura de recursos médicos em nossa Capital por parte de lavradores do interior, principalmente do Norte do Estado, tem ocasionado o aparecimento do "barbeiro" em várias pensões e hotéis, fato que se constitui em grave anomalia. A doença de Chagas é uma das mais letais doenças que se conhece nos meios médicos brasileiros, sendo a sua cura bastante difícil.

A campanha de esclarecimentos fará com que a população paranaense ajude a extinguir o bicho "barbeiro".

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1971.

(a) Hélio Manfrinato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer à Vossa Excelência que encaminhe apelo ao excelentíssimo senhor Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, no sentido de que determine o retorno da atribuição das Circunscrições de Trânsito, no interior do Estado, à exposição dos exames de sanidade para motoristas.

Este apelo justifica-se pelas dificuldades encontradas, atualmente, pelos motoristas do interior do Estado, na revalidação de suas carteiras, uma vez que, de acordo com circular do DETRAN, de 15 de junho do corrente ano, foi recolhido todo o material que se encontrava nas localidades interioranas.

Essa situação está provocando sérias dificuldades aos motoristas que têm de se locomover até a nossa Capital, para providenciar aquela revalidação. Com a entrada em vigor da determinação que torna obrigatório o exame psicotécnico, esta situação tende a agravar-se, ao mesmo tempo que provocará um congestionamento de trabalho na repartição local.

A volta da expedição dos exames de sanidade (para motorista) no interior é medida que trará benefícios econômicos e sociais de alta repercussão, assim como a sua descentralização provocará a abertura de mercado de trabalho, com a consequente especialização de médicos no interior do Estado.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 143/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio de alvenaria para a Delegacia de Polícia de Cianorte.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1971.

(a) — Helio Manfrinato

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, senhores Deputados. A comarca de Cianorte, figura entre as comarcas de maior importância do Estado, constituindo-se a cidade de Cianorte em um importantíssimo centro da região.

Pretendemos através do presente plano de lei, dar condições de funcionamento do organismo policial responsável pela segurança da região, cuja missão é das mais difíceis devido as precárias instalações que abrigam a Delegacia de Polícia de Cianorte.

A atual sede da Delegacia de Polícia de Cianorte onde funciona também a cadeia pública, está instalada em um velho prédio de madeira, não oferecendo segurança e conforto. Faltam condições para o funcionamento do órgão policial, pois as autoridades atualmente nada podem fazer para dar à população maior segurança. Nestas condições, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares à nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Dois assuntos debateremos rapidamente, desta tribuna, na manhã de hoje.

Um deles é o que se refere à transferência da Capital do Estado para o interior. Há tempos passados defendíamos, desta tribuna, esta tese, no entanto, fomos combatidos, não fomos compreendidos, toda a imprensa nos pichava.

Hoje, temos visto que a nossa tese é válida porque São Paulo, por exemplo, já tem uma equipe de técnicos estudando a possibilidade da transferência da Capital paulista para o Centro do Estado.

Defendo válida esta tese porque no instante em que se reúnem cientistas de todo o mundo aqui no Paraná, a preocupação maior é a poluição do ar, a poluição da água, o congestionamento que se forma nas grandes cidades. Está aí evidenciado, portanto, que estamos com a razão, que estamos certos quando tentamos defender desta tribuna esta tese.

O que mais iria contribuir para a não população do ar e da água seria, exatamente, o descongestionamento dos grandes centros, ou seja da Capital. Uma nova Capital seria previamente traçada, seria construída de maneira que isso fosse evitado, formando-se um cinturão verde e outras medidas seriam adotadas para evitar que este mal viesse a ocorrer na futura Capital.

Outra tese que defendemos diz respeito a uma loteria esportiva. Com relação a este assunto apresentamos um projeto de lei em 1963 no sentido de oficializar uma loteria esportiva através da qual os municípios usufruiriam os benefícios dessa loteria para atender aos indigentes, para atender às Santa Casas do interior.

Quando apresentávamos em 63, antes da Revolução, aquele projeto, fomos combatidos nesta Casa; toda a imprensa destacava em manchete que era nosso desejo a oficialização do jogo no Brasil. E nós viemos a esta tribuna, reiteradas vezes. Protestamos porque enxurradas de dinheiro brasileiro, eram gastas em Foz do Iguaçu, nos cassinos do Paraguai. O nosso dinheiro era, daquela forma, levado para o exterior.

Eis que hoje, aquela ideia nossa, lançada em 1963, graças à inteligência avançada deste eminente presidente Emílio Garrastazu Médici, este fato é uma realidade. Está aí a Loteria Esportiva. Mas; eu iria além, sr. Presidente, srs. Deputados, no que tange à Loteria Esportiva, eu pretendo nesta Casa, a exemplo do que é feito em todo o País, depois de estudos que serão, naturalmente feitos, pretendo conseguir meios legais, através de projeto de lei, de que sur-

ja no Paraná a própria Loteria Esportiva do Estado do Paraná, que viria beneficiar, segundo a tese nossa defendida desde 1963, aos hospitais; aos indigentes que são em grande parte do interior do nosso Estado.

Estas são as duas teses que vamos defender, doravante, no início da semana que se aproxima. Estamos nesta manhã de hoje, naturalmente, apenas para anunciar à Casa e ao Plenário estas medidas que iremos defender.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na sessão de quarta-feira, desta Assembléia Legislativa, o sr. Secretário de Educação e Cultura, professor Haroldo Carvalhido, foi duramente atacado da tribuna por um sr. Deputado que argumentou ter S. Exa. coagido aos Srs. Membros do Conselho Estadual de Educação, no sentido de impor àquele, órgão, no entender do Deputado, um plano de obras que não condiz com a necessidade da realidade educacional paranaense.

Ao referir-se à atuação de S. Exa. o sr. Secretário de Educação e Cultura, fez questão, o Deputado, de afirmar textualmente que o Secretário de Educação desmoralizou o Conselho que ele mesmo presidiu, há algum tempo. Aliás, segundo as próprias palavras do mesmo Deputado, pressionou, coagiu a ponto de um suplente do Conselho Estadual de Educação, professor Aristides Costa Filho, nome conhecido, professor aposentado, com mais de quarenta anos no exercício do Magistério, na cidade de Ponta Grossa, numa atitude de hombridade, segundo o Deputado, renunciar ao posto no Conselho por não se curvar à "aspiração" do Secretário de Educação e Cultura.

Para nós que, com o Secretário de Educação, temos mantido contato diário no trato de problemas ligados ao setor educacional, e aprendemos a ver em S. Exa. não só o militar honrado que tantos serviços prestou ao glorioso Exército Nacional, guardião de nossas instituições, mas aprendemos a respeitar, principalmente, o professor Haroldo Carvalhido pelos seus conhecimentos, pelo homem que é, o idealista, o probo, o preocupado, o dinâmico mestre que, à frente dos negócios da Secretaria de Educação e Cultura, diuturnamente, quantas noites indormidas, trabalha no sentido de dar nova estrutura administrativa a um órgão de tamanha importância para o desenvolvimento paranaense.

E o sr. Secretário de Educação, tem razões de sobra para pretender vir a esta Casa solicitar da Mesa da Assembléia Legislativa uma data na qual possa, ele, não justificar os seus atos, porque eles, quando adotados, visam o aprimoramento da educação de nosso povo. Mas, pretendia vir aqui para, colocando as coisas nos devidos lugares, não permitir que afirmações mentirosas continuem procurando pôr em permanente litígio a Secretaria de Educação com o Magistério paranaense.

E eu me permito elaborar alguns tópicos na defesa do Sr. Secretário de Educação e Cultura, e a faço sabendo que esta é a obrigação do representante do povo que não pode mais ouvir calado críticas que fogem à verdade e procuram comprometer um homem digno, honrado, lutador que, com sacrifício, procura acertar, corrigindo erros existentes, naquele setor, há tanto tempo.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, V. Exa. está abordando de sua tribuna um assunto que merece a atenção de todos os srs. Deputados desta Casa, porque trata ele, exatamente, daquele problema fundamental para o homem, que é a educação. Quero solidarizar-me com V. Exa., quando afirma que o atual Secretário de Educação, professor Haroldo Carvalhido, é um idealista, é um homem que tem quase que a sua vida inteira dedicada ao ensino, à educação. Ele é, acima de tudo, srs. Deputados, um homem sério, um homem digno, um homem que não faz do ensino politicagem.

Não há necessidade do Secretário vir a esta Casa dizer e relatar o que

está fazendo naquela Pasta. Basta visitar a Secretaria de Educação hoje, e qualquer cidadão vai sentir que há ali ordem e disciplina. Não é mais aquele movimento; os corredores cheios de gente cruzando, uma papelada sem fim. Há hoje, uma orientação correta, séria. Daí a nossa solidariedade em //mar também que não temos dúvida nenhuma que está aquele homem planejando aquela Pasta, que é a mais importante, a nosso ver.

O SR. IVO TOMAZINI — Muito obrigado e vou procurar responder às acusações de uma maneira ordenada. Pretendo dizer que não são verdadeiras as afirmações do sr. Deputado e que nós as repudiamos, de público, desta tribuna, sobretudo porque nada mais são do que um verdadeiro atentado à realidade dos fatos. Devemos dizer que a Secretaria de Educação, através da Fundepar, elabora uma proposição anual, ou proposições anuais e as encaminha ao Conselho Estadual de Educação, pedindo a aprovação do plano na distribuição do salário educação.

Essa proposta é feita pela Fundepar, por ser esse o órgão que dispõe de dados estatísticos sobre a real situação do ensino no Paraná. O Conselho Estadual de Educação aprova, reformula o problema, ou, então, elabora outro plano de acordo com sua competência legal. A Secretaria de Educação, também por competência legal, homologa ou não, a decisão do Conselho Estadual de Educação e neste caso podendo usar de nova argumentação, aduzindo nova justificativa sobre a medida proposta. A Resolução 22/71, do Conselho Estadual, cuja homologação alterou o plano original, incluindo por proposição de um Conselheiro, e coincidentemente residente em Ponta Grossa, a construção de mais salas de aula naquele município.

Outra alteração incluída, ainda diz respeito à construção de uma escola no distrito de Dr. Antônio Paranhos, no município de São Jorge do Oeste. Abro um parêntesis aqui, sr. Presidente, para dizer que este modesto Deputado em várias incursões junto à Fundepar e Secretaria de Educação, procurou sensibilizar o representante daquele órgão, no sentido de que aquela unidade escolar fosse construída realmente no município de São Jorge do Oeste, mas na sede do município, que tem carência de salas de aula, porque tem salas alugadas e leciona em pavilhão emprestado. Entendia naquela oportunidade, por denúncia das autoridades municipais, que se pretendia fazer política no Conselho Estadual de Educação, porque um de seus eminentes membros tem uma casa de campo, de férias, no distrito de Dr. Antônio Paranhos. E rememoro aqui um outro Secretário de Educação e Cultura que hoje é Deputado Estadual, quando encaminhamos à Secretaria, sugestão para a criação de um Ginásio Estadual na sede do município de São Jorge do Oeste, fomos preteridos e o ginásio foi criado para funcionar num distrito do município, ficando a sede do município sem ginásio e o distrito com um ginásio.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Deputado Ivo Tomazini, não tenho procuração para defender ninguém, mas eu, que conheço o caráter excepcional de V. Exa., espírito público invejável que o fez um verdadeiro líder na região que representa nesta Casa. Eu faria um apelo a V. Exa. que transferisse o discurso que V. Exa. está proferindo na manhã de hoje, para uma sessão em que estivesse presente o sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, que foi quem trouxe as acusações a esta Casa e que naturalmente terá condições de rebater ou concordar com o que V. Exa. diz da Tribuna. Hoje, a ausência do nobre deputado Cândido Martins de Oliveira não permite que esta Casa tenha conhecimento pleno da verdade do que realmente se passou entre o sr. Secretário de Educação, a Fundepar e o ex-Secretário de Educação. Era este o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. IVO TOMAZINI — Sr. Deputado, pretendia conferir a Ata da sessão dos trabalhos de ontem nesta Casa. Pretendia, na sessão de ontem, defender o Secretário de Educação desta Tribuna, mas ontem, também se encontrava ausente o deputado Cândido Martins de Oliveira, e como hoje é sexta-feira, último dia da semana, se nós deixássemos para segunda-feira a defesa que pretendemos fazer da honorabilidade da atuação de S. Exa. o sr. Secretário de Educação, poderia parecer intempestiva ou provocativa a nossa

alocução. Razão pela qual nós nos inscrevemos para a sessão de hoje e eu não pretendia aqui criticar S. Exa. o sr. Deputado. Pretendia, na medida do possível, defender o Secretário acusado, e se abri um parêntese foi para demonstrar porque a administração municipal de São Jorge do Oeste, não era simpática a determinada orientação da Secretaria de Educação e também não tem laços de convivência pessoal ou política com o membro do Conselho Estadual de Educação, a quem rendo minhas homenagens, em quem reconheço grandes méritos, a quem reconheço ser um homem probo, pessoa digna, homem idealista na defesa dos interesses da Educação, sr. Eduardo Machado, nomeado por este Governo, conselheiro, é que em permito dizer que não entendi, como não entendo até hoje, que a sede do município de São Jorge do Oeste não tenha o seu ginásio estadual, que o processo por nós organizado tenha tido pareceres favoráveis em todos os setores da Secretaria de Educação mas que na hora da criação, com um simples requerimento, um simples papelucho e sem nenhum processo, o ginásio foi criado para a sede do distrito. O plano inclui portanto, duas obras, que pretenderam ser mudadas, e que não foram porque permaneceu a construção de um grupo escolar com seis salas de aula com onze dependências, no distrito de Antonio Paranhos, no município de São Jorge do Oeste. Nós, que pretendemos beneficiar o município que temos a honra de representar, aonde o Prefeito é nosso companheiro, a maioria dos Vereadores, todos os Diretórios aonde fomos mais votados, achávamos que tínhamos a obrigação de defender os interesses do ensino naquele município, transferindo a obra para a sede do município, para que no ano que vem, pudessemos conseguir, quem sabe, uma para o distrito e não foi excluída. E a obra de Ponta Grossa, e que o Conselheiro que mora em Ponta Grossa e o que o sr. Secretário pretendeu, também, não foi excluída do plano. Porque o que o Conselheiro pretendia, era a ampliação de um grupo de oito salas para doze salas de aulas, e permaneceu o grupo de oito salas. Mas temos que afirmar que nos curvamos, se não estivemos dizendo a verdade. Havia no levantamento da FUNDEPAR, o município de Umuarama com as estatísticas afirmando que Umuarama tem um déficit de salas de aulas da ordem de cento e vinte salas, e seria necessária a sua construção com a máxima urgência, para abrigar a demanda de crianças em idade escolar. E nos mesmos dados estatísticos da FUNDEPAR, dizia-se que Ponta Grossa tinha cento e quarenta salas de aulas, ociosas, não desocupadas num turno só, e que poderiam ser ocupadas em mais um turno à tarde e em mais um turno à noite. Tecnicamente, pretendeu o sr. Secretário de Educação, louvado nos levantamentos, todos eles processados pela CELEPAR, defender uma tese para aquinhoar Umuarama e que nós quando víamos se conseguíamos levar o nosso grupo escolar para a sede do município de São Jorge, erguemos as mãos para os céus e dissemos, que vá para o município de Umuarama que certamente irá beneficiar uma coletividade do Sudoeste paranaense.

Então não é verdade que S. Exa. o sr. Secretário de Educação tenha ido ao Conselho Estadual de Educação, para coagir os seus membros. E, sr. Presidente e srs. Deputados, quanta sorte para nós, que defendemos um homem que merece o nosso respeito, porque tôdas as reuniões do Conselho Estadual de Educação são gravadas e a fita magnética com a gravação dos discursos e dos debates que se feriram na reunião daquele Conselho, lá está, caso eu queira trazê-la aqui, e reproduzi-la. Ela está intacta, e se solicitada, traremos a fita da gravação, para ser rodada e os srs. Deputados haverão de ouvir o que o Sr. Secretário de Educação afirmou. Quando disse já noite alta, da janela do Conselho Estadual de Educação, ao vislumbrar as luzes acesas, relembra outras noites indormidas quando ele, Presidente do Conselho Estadual de Educação, atravessava com os senhores membros daquela Comissão noites inteiras, discutindo a aplicação de recursos em benefício da educação.

Fazia o apêlo que fez aos membros do Conselho, dizendo que desejaria ouvir as opiniões contrárias porque da divergência nasce o entendimento.

Disse ele em palavras claras que o representante, que o Conselheiro, que o membro do Conselho Estadual de Educação deveria se convencer que não re-

apresenta uma região, um município, mas representa ali os diversos graus de ensino e nunca uma região.

E não foi, em momento algum, mal educado; em nenhuma entrelinha da sua oração deixou, de leve, qualquer possibilidade que tivesse ele pretensão de coagir.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte?

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO TOMAZONI — Concedo o aparte ao deputado Antônio Belinati

O sr. Antônio Belinati — Permito-me passá-lo ao deputado Nivaldo Krüger.

O SR. IVO TOMAZONI — Com a aquiescência do deputado Antônio Belinati, terei prazer em ouvir o aparte do deputado Nivaldo Krüger.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. faz uma defesa do Secretário de Educação e achamos razoável que faça esta defesa, porém, nunca passou pela idéia da Bancada da Oposição nesta Casa sequer a suspeita de que o Secretário de Educação, justamente o Secretário de Educação, fôsse mal educado. Somente quero lembrar a V. Exa. que nunca passou pela idéia desta Bancada, nem pelo juízo de qualquer Deputado da Oposição a suspeita de que o sr. Secretário de Educação tivesse sido mal educado. Do Secretário de Educação espera-se nível elevado de cultura e de educação.

O SR. IVO TOMAZONI — Vou fazer a leitura de um trecho...

O sr. Nivaldo Krüger — Não há necessidade e quero reafirmar que quanto a isto não há dúvida alguma.

O SR. IVO TOMAZONI — Congratulo-me comigo mesmo por ter sempre confiado no espírito público de V. Exa.

O sr. Nivaldo Krüger — Os Secretários de Educação, para nós, são passageiros na vida administrativa do Estado. Gostaria que viesse à tribuna um Deputado do Governo para relatar não os desentendimentos que existem na Secretaria, mas que trouxesse para esta Casa um plano de educação, o grande plano que a Secretaria de Educação deve ter para o desenvolvimento da obra educacional do Estado do Paraná. Se alguém pudesse prestar informações neste sentido, seria de grande valia para nós, porque não conhecemos, não temos ciência do que pretende o Governo do Estado no campo educacional.

Na minha região, por exemplo, 50% das crianças estão sem escolas e as professoras dos grupos escolares de minha cidade vão cortar vassouras de ramos nos arredores da cidade para limpar os grupos e as serventes não recebem seus vencimentos desde o início do ano.

O SR. IVO TOMAZONI — Vamos chegar lá.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO TOMAZONI — Já concedo, não vou deixar passar a oportunidade para responder ao deputado Nivaldo Krüger.

Eu e o deputado Nivaldo Krüger, em várias oportunidades, discordamos em um ponto. Os Deputados da Aliança Renovadora Nacional nos damos ao trabalho de correr as repartições, de visitar os órgãos de planejamento do Governo a fim de nos inteirarmos do que faz o Governo neste sentido. Por que os Deputados do MDB não mantêm o contacto? Será que qualquer órgão do Governo, em qualquer oportunidade, deixou de manifestar satisfação, honra, em receber qualquer dos representantes do MDB?

Estou referindo-me aqui às obras constantes do plano de obras do setor da Educação, elaborado criteriosamente, observados os levantamentos estatísticos, procedidos pela Fundação Educacional do Paraná que, anualmente, renova os dados, atualiza.

Daí as conclusões, porque o sr. Secretário entende que a aplicação dos recursos deve ser feita atendendo às necessidades aqui apontadas, pelo levantamento efetuado; e nunca por interesses de representantes de uma cidade, de uma região, por interesses políticos.

Existe o plano de obras no setor da educação, publicado pelos jornais; dizendo quantos salas de aula serão construídas, aonde, e quando. Existem os jornais que publicaram tudo. Não conhece quem não lê jornais. Porque

faz questão de desconheçê-lo, dizendo que não conhece. Acho que nós estamos invertendo os papéis. V. Exa. conhece o plano de obras, deputado Nivaldo Krüger, no setor da educação.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Ivo Tomazoni. V. Exa. fala muito em diálogo com os Secretários. Muito bem. Nós queremos o diálogo com os Secretários e quero afirmar a V. Exa. que mantive um diálogo pessoal com o sr. Secretário de Educação e quero dizer que fiquei impressionado com S. Exa. Não fui lá reivindicar absolutamente nada; fui apenas saber o que o Secretário de Educação está pensando sobre o problema educacional do Paraná.

Agora, diálogo, entendo e nós propiciamos o diálogo, convocando o sr. Secretário da Fazenda, como determina o Regimento Interno e a Constituição; apresentamos um requerimento de convocação do sr. Secretário para dialogar abertamente com os Deputados. E V. Exa. e seus companheiros votaram contra a convocação do meu partido, para o diálogo. O diálogo que nós queremos é aberto. Não é nos bastidores, não senhor. É o diálogo assistido por todos, franco, como deve ser feito.

O SR. IVO TOMAZONI — Vou concluir apenas meu raciocínio, para dar o aparte ao nobre deputado Antônio Belinati e ao deputado Paulo Poli. Para dizer que o Conselho Estadual de Educação, na reunião extraordinária, convocada para a aprovação da nova proposição, aprovou o plano do Governo do Estado, da Secretaria de Educação e Cultura, para a aplicação dos recursos do "salário educação", soma que atinge aproximadamente seis milhões de cruzeiros. E a aprovação se deu por unanimidade dos conselheiros presentes. Dos quinze, quatorze membros votaram favoravelmente. A ausência de um dos conselheiros, do conselheiro Octávio Mazzotti, diretor do Departamento do Ensino Fundamental, do Ministério da Educação, o único que faltou à convocação e justificou telefonicamente a sua ausência, mas ressaltou contudo e disse que pretendia dar por escrito, que se estivesse presente, votaria a favor do plano proposto pela Secretaria de Educação.

Vou voltar a dizer que o Conselho Estadual de Educação merece do atual Secretário todo o respeito e atenção. Mesmo porque reafirmo, quando exercia as funções de Presidente daquela Comissão, chegou a sofrer inúmeras pressões, e quantas vezes, do então Secretário de Educação, que prendia o plano de obras para mandá-lo ao Conselho, vinte dias antes do prazo fatal para sua aprovação, com a afirmação de que se não fosse aprovado, dentro do prazo, o Estado perderia o dinheiro da verba do "salário educação", que o Ministério tem de liberar, mediante a apresentação do plano. E tal não ocorreu desta vez, o plano foi muito antecipado, possibilitando ao Conselho Estadual de Educação a discussão do mesmo. O sr. Secretário compareceu à reunião extraordinária e teve oportunidade de encarecer aos Conselheiros presentes que usassem do direito da discussão e da controvérsia e votassem de acordo com suas consciências, pois o Governo e a Secretaria de Educação, hoje, mais do que nunca, se propõem a dar a autonomia daquele órgão. E isto está gravado na fita magnética com que se grava todas as reuniões.

Um fato mais importante, ontem o sr. Secretário recebeu o professor Guido Arzua, presidente do Conselho Estadual de Educação, visita que fez em nome dos membros Conselheiros e transferiu, hipotecou, ao sr. Secretário de Educação, total solidariedade, apresentando protesto até veemente pelas afirmações que ele, presidente do Conselho considerou mentirosas, inverídicas, intempestivas e injuriosas, feitas pelo sr. Deputado, desta Tribuna da Assembléia Legislativa, pretendendo manchetes nos jornais à custa da dignidade de um Secretário de Estado. O que estamos fazendo aqui é o que devemos fazer sempre. Cada vez que alguém da equipe do Governo é atacado, usando-se aqui até palavras mentirosas, devemos vir à Tribuna para pôr as coisas nos devidos lugares, para não nos acostumarmos a ouvir calados, como se estivéssemos concordando com as críticas tantas vezes mentirosas a Secretários, pretendendo inimizá-los com a classe que defendem.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Sr. deputado Ivo Tomazoni, ontem, pela manhã, eu me encontrava na Secretaria de Educação, quando ali chegou o professor Guido Arzua, presidente do Conselho Estadual de Educação.

E, numa conversa a três, do Secretário, eu e ele, foi-me facultado interar-me deste problema que está envolvendo o Conselho. E quero dizer o que relatou o professor Arzua, de maneira simples e singela, que realmente, o Conselho aprovou um plano de obras. E esse plano foi ao Secretário. E o Secretário, analisando a posição das necessidades de Ponta Grossa, onde se pleiteava um aumento de quatro salas de aula, e verificando que, em Ponta Grossa havia cento e quarenta salas ociosas, algumas totalmente, outras parcialmente, recuperáveis, entendeu que era de justiça deixar de lado aquele pedido de Ponta Grossa, quando ele tinha, ao lado, elementos que diziam que em Umuarama, que é o município com maior índice de pedidos de matrícula, não se construiu nenhuma sala de aula nestes quatro anos e daqui a quatro anos irão faltar lá trezentas e setenta salas.

Analisando isso, e levando em consideração ainda a solicitação de um Conselheiro, não sei se Padre, Cônego ou Monsenhor, que conhecia a situação do distrito, aditou nesse plano de obras esse distrito e aceitou e devolveu só para que se modificasse a posição de Ponta Grossa.

Pois bem, todos sabem que para poder receber dinheiro federal, do Fundo de Educação, é preciso mandar o plano, é preciso que se preste conta do que já se gastou, enfim, unicamente por isso é que se convocou o Conselho para que, em sessão extraordinária, analisando o plano com essa única modificação, ampliando-se 4 salas em Ponta Grossa, como complementação de uma obra; só com esse objetivo, para que o Conselho aprove a remeta os papéis para o Governo Federal, e possa o Governo Estadual receber o dinheiro. Então aquilo que foi dito, de que não havia grupo escolar em Pamas, em Ponta Grossa, não corresponde à realidade. Foi unicamente para efeito demagógico, porque a verdade está aí, nua e crua, inclusive numa fita gravada, que reflete toda a reunião do Conselho.

Agradeço a atenção de V. Exa. e não poderia ficar omissa, porque ouvi do próprio professor Guido Arzua isso que acabei de relatar.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa., porque com esse testemunho, confirma as afirmações da presença do Presidente do Conselho junto ao Secretário de Educação para hipotecar irrestrita solidariedade.

Gostaria agora de contraditar uma informação mordaz feita desta tribuna, de que não se curvando à coação do sr. Secretário de Educação um senhor Conselheiro havia renunciado. Quero afirmar que todos conhecem o professor Aristeu Costa Pinto, todos têm por ele não só estima, mas admiração. É um educador emérito, um homem que fez muito pelo ensino no Paraná, qualidades e atributos que o próprio Secretário de Educação reconhece naquela figura de educador, mas, a bem da verdade, queria dizer que o professor Aristeu assumiu, na condição de suplente do Conselho Estadual de Educação. Assumiu aquelas funções na vaga aberta como licenciamento de um membro daquele Conselho, professora Ada Gineski, mas que, findo o prazo de licença daquele membro do Conselho, tendo ela voltado a assumir as suas funções, fatalmente o suplente deixou de ocupar aquela cadeira, por que então, a afirmação mentirosa de que ele coagido, renunciou ao seu cargo, que o Secretário de Educação, pretendendo autoridade que não tem junto ao Conselho, diminuiu a dignidade daquele órgão, a ponto de induzir um dos seus membros à renúncia? Que fique o reparo, que os Anais desta Casa corrijam esta injustiça para que no futuro a terra paranaense, a gente brasileira reconheça no atual Secretário de Educação e Cultura, os méritos e as qualidades que tem.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado Ivo Tomazoni. Queríamos cumprimentá-lo pela iniciativa de vir à Tribuna e daí fazer a defesa de um homem que hoje é o Secretário da Educação e Cultura e que foi Presidente do Conselho Estadual de Educação no Governo Paulo Pimentel. Antes de entrarmos propriamente na nossa par-

te, fariamos uma indagação a V. Exa. se o Estatuto do Conselho Estadual de Educação proíbe que um seu membro resida, por exemplo, em Ponta Grossa, como V. Exa. citou o caso de um Conselheiro que reside em Ponta Grossa.

O SR. IVO TOMAZONI — Quero, respondendo a V. Exa., dizer que este Conselheiro, defendeu a ampliação da obra de oito para doze salas e, coincidentemente reside em Ponta Grossa e que se o dever do Conselheiro não é defender cidades, regiões, porque lá ele representa os diversos graus do ensino no Estado e nunca uma região do Estado. Foi isto que pretendi dizer para fixar e formar a posição do órgão técnico a quem incumbe a elaboração do plano para aplicação dos recursos provenientes da Educação.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Estou aproveitando porque V. Exa. está demonstrando que, independentemente de ser Deputado do Governo, é um amigo admirador do trabalho que o Sr. Secretário de Educação vem realizando, sr. Coronel Haroldo Carvalhido. Então, gostaríamos hoje de aproveitar o laço de amizade, que une V. Exa. ao sr. cel. Haroldo Carvalhido, para que levasse um apelo dos diversos setores da educação do Paraná, zeladoras contratadas, dos professores que foram nomeados no começo do ano letivo, por sinal um dos critérios mais injustos, impondo-se aos professores o maior sacrifício da história da educação no Paraná, porque os professores se deslocam da cidade de Curitiba para Londrina, ou do outro lado do Paraná, pagando condução, hotel, pensões, casas familiares, tendo despesas com a locomoção para outros municípios, e apesar de todas essas despesas, os professores estão encontrando dificuldade em continuar pagando condução para chegar à cidade em que têm de lecionar. O caso dos suplementaristas que nada receberam e o que foi denunciado pela imprensa que a Secretaria efetuou o pagamento do mês de julho aos professores, mas com cheques em nome do Diretor da escola. Já diretores que tiraram férias fora do Paraná, criando-se problema para os professores que terão que aguardar a vinda do Diretor. Sabemos da colaboração e da preocupação de V. Exa. para com os professores, que V. Exa. sempre haverá de prestar ao Magistério, para que transmita este apelo sobre a situação dramática dos professores do Paraná.

O SR. IVO TOMAZONI — Faria uma pergunta a V. Exa. e não vai crítica ao Governo anterior. Temos nos interessado pelos problemas da educação sem contudo sermos educadores ou sem pretendêrmos dar aulas de educação, mas fariamos uma pergunta a V. Exa. V. Exa. não ignora que o pessoal civil do Governo do Estado está recebendo rigorosamente em dia seus vencimentos, mas quero, defendendo o Governo do Estado e o próprio Secretário de Educação, porque não é ele quem paga, dizer a V. Exa. que os suplementaristas que não receberam ainda, é porque não encaminharam os dados às direções dos Estabelecimentos. O Ensino Médio do segundo ciclo e Ensino Secundário existentes no Paraná, encaminharam, estão encaminhando, agora, as propostas de distribuição das aulas suplementares. Nós estamos observando, nobre Deputado, que as portarias deferindo as aulas suplementares não têm assinaturas, e por que? Estou devolvendo para a minha região oito processos mal formulados na distribuição de aulas, cheios de vícios, cheios de erros, contrariando os mais elementares princípios das normas que regem as distribuições de aulas. Vejam os Srs. Deputados que, quando Haroldo Leon Peres assumiu o Governo, os suplementaristas estavam sem receber, em muitos casos, desde março de 1.970, há um ano portanto. Na minha cidade, Bom Sucesso, extensão do Ginásio Estadual de Pato Branco, não recebiam, mas a culpa não era do governador Paulo Pimentel, a culpa era do Secretário de um colégio que relapso, mal informado, que descuidado, elaborou uma proposta de distribuição e esta proposta ia e vinha uma porção de vezes.

Quero falar, também, das serventes. Não há serventes do quadro próprio de pessoal do Governo do Estado, com atraso no seus vencimentos. Nós temos que dizer daqui para que a opinião pública saiba. É uma pena, é lamentável, que a imprensa não diga a verdade, que faça manchetes dizendo que profes-

sóras e serventes não recebem, deveriam dizer, por favor, que estas serventes são pagas com uma dotação orçamentária à conta de despesas 3%, não são contratadas sequer...

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Gostaria, nobre Deputado, que V. Exa. desse conhecimento à Casa, que estas notícias, são procedentes de uma carta publicada hoje, pela imprensa da nossa Capital, pelo sr. Presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Paraná. Era o que eu gostaria que V. Exa. fizesse lembrar à Casa.

O SR. IVO TOMAZONI — Exatamente, era aonde eu queria chegar, no bre Deputado, pela leitura da carta endereçada ao sr. Governador do Estado, pelo sr. Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, ele, que é o Presidente do órgão de classe, é quem afirma em alto e bom som, ele, não o Governo, o próprio representante classista, é quem diz não existir funcio-
(Assentimento)

O sr. Manoel Baranin — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)
Nobre Deputado, eu solicitei este aparte, para me congratular com V. Exa., pela maneira como V. Exa. vem trazendo ao conhecimento da Casa, explanando em detalhes, o trabalho do sr. Secretário de Educação e Cultura, sr. Haroldo Carvalhido. Em referência a Umuarama, como V. Exa. já explanou, o déficit de salas de aulas é acima de cem salas; seria necessário, portanto, a construção de novas salas. É do conhecimento da Casa que no início do meu mandato, em março, eu solicitei fôsse feita uma vistoria em dois prédios escolares, aonde estão 23 salas de aula. Ainda na semana passada, eu estive procurando convencer o sr. Secretário que as 23 salas de aula irão substituir aquelas 23 que terão que ser demolidas através do requerimento já solicitado. Isto demonstra que o sr. Secretário possui um plano de obras, ele acata e recebe os pedidos, analisando as urgências de cada região. Umuarama justificou a urgência, que outros também necessitam, embora em menor escala. Porisso, nobre Deputado eu quero, neste momento, me congratular com as palavras de V. Exa. e, ao mesmo tempo, agradecer ao srs. Secretário de Educação e Cultura, a maneira como se portou, em autorizar as salas de aula. Porque eu só tive o trabalho de requerer apenas uma vez, e lá na Secretaria estive também uma vez, por ter sido avisado que tinha sido autorizado o pedido referente à construção de salas em Umuarama.

A maneira do Secretário de Educação decidir e autorizar a execução de obras é séria e planejada, motivo porque me congratulo com o sr. Secretário de Educação e com V. Exa., por estar abordando, brilhantemente, assunto de real interesse para o Estado.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa. por ter me trazido testemunho tão valioso. Um simples requerimento de V. Exa. solicitando da Secretaria de Educação e Cultura a construção de salas de aula em seu município e não houve necessidade de insistência e nem de pressão política porque o requerimento, confrontado com os dados estatísticos da FUNDEPAR, comprovou que V. Exa., ao solicitar aquela construção, não estava fazendo demagogia, estava apenas solicitando aquilo que era necessário para a população de seu município.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que faltam apenas cinco minutos para terminar sua oração.

O SR. IVO TOMAZONI — Obrigado, e pediria aos srs. Deputados que fôsem sucintos em seus apartes. Tem o aparte o sr. deputado Muggiati Filho.

O sr. Muggiati Filho — Não queria interromper o brilhante discurso de V. Exa., mas serei breve, muito embora meu aparte seja um pouco fora de tempo. Porém, com a devida vênia, gostaria de consignar, em aparte, que entendemos que o nobre deputado Cândido Martins de Oliveira não foi à Tribuna abordar um assunto unicamente com o objetivo de colhêr manchetes, ou com objetivos menos lícitos. A imprensa é livre, tem acesso a esta Casa, e dá destaque à matéria que ela bem entender.

O SR. IVO TOMAZONI — Lamentei apenas a forma...

O sr. Muggiati Filho — Foi a imprensa que deu destaque; se o sr. deputado

Cândido Martins de Oliveira tivesse se dirigido ao jornal e dado a entrevista, daí V.Exa. poderia dizer o que disse.

Tenho consideração especial pelo atual Secretário de Educação e admiro-o, inclusive, como Secretário de Educação; mas quero, em relação ao nobre deputado Cândido Martins de Oliveira, deixar registrado que acredito firmemente que S.Exa. tenha agido com a melhor das intenções, mesmo porque esta matéria está em jogo. Estamos, até certo ponto, afastados, mas temos pleno conhecimento dos fatos novos que surgem, fatos relativos a coação. São casos em que as interpretações variam muito. Não se pode ir pela interpretação que alguém dê a determinado fato.

Acredito que o sr. deputado Cândido Martins de Oliveira esteja lutando e batalhando nesta matéria com espírito elevado.

O SR. IVO TOMAZONI — Louvo a atitude de V.Exa., mas estou acostumado a ouvir repisar aqui tantas inverdades, que não é mais possível. V.Exa. pode ver em manchetes nos jornais de hoje, na primeira página, grifado em vermelho: (Lendo) "Estas são algumas das crises que Leon Peres comanda no Paraná".

E enumera quais as crises. Um ato, tido por um Deputado, como ilegal, da concessão de autorização ao Governo para contrair empréstimo, onde o mais primário na interpretação de um texto legal sabe que esta é uma mentira.

Outra crise: "A renúncia de um membro do Conselho Estadual de Educação", é crise. Quando não houve coação, porque ele era suplente e o titular voltou, ele saiu.

O Sr. Leopoldo Jacomei — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento)

O SR. IVO TOMAZONI — Antes, peço desculpas ao sr. deputado Paulo Poli por não ter dado, pela ordem, o aparte de solicitação do nobre Deputado.

O sr. Leopoldo Jacomei — Deputado Ivo Tomazoni, estou atento ao discurso de V.Exa., desde o início, porque conheço em parte o problema que V.Exa. está abordando. E eu disse há poucos dias desta Tribuna: "Educação não é brincadeira". E V.Exa. confirma este fraseado. E confirmou-o há pouco o sr. deputado Pinto Dias, quando diz que vai à Secretaria de Educação e Cultura e encontra o respeito e o funcionamento.

V.Exa. aborda um problema que se levantou em 68, no município de São Jorge do Oeste, município que V.Exa. tão dignamente representa nesta Casa. Nós conhecemos também o problema, e o mais grave disso, nobre Deputado, é preciso que a Casa e o Paraná saibam, que a obra foi construída contra todas as normas técnicas da Fundação de Educação do Paraná. E agora, o Prefeito quer ser ressarcido daquela importância que gastou sem a prévia autorização do Conselho Estadual de Educação.

Portanto, V.Exa. defende com muita propriedade, quando diz que todos nós devemos ir à Tribuna e dizer à Casa e ao Paraná o que fazem os nossos Secretários, como aplicam o dinheiro.

Conheço bem o problema de Umuarama, representada tão bem pelo sr. deputado Marciano Baraniuk. Conheço as lamúrias do povo, porque estão lecionando dentro de verdadeiros estábulos, uma vez que foram preteridas as obras naquele município. Acabou-se a politicagem. Parou aquela baderna que lá existia. Como parou também o problema das serventes contratadas.

Quando nós levamos ao ex-Governador, em 1967, a situação em que as zeladoras se encontravam, percebendo 50 cruzeiros apenas, ninguém nesta Casa levantava a voz em benefício das serventes; e recebiam da mesma forma que hoje recebem, por uma verba específica. Hoje porém, recebem o salário mínimo. E, quando fizemos em 67 aquele levantamento, um mandado de segurança, que qualquer advogado impetrasse ao Estado, importaria em sessenta e sete milhões de cruzeiros. Mas, ninguém, naquela época, defendeu as zeladoras.

Hoje, o Governo prima por pagar os funcionários em dia e o salário mínimo às zeladoras; verdade que, no mesmo sistema, ou seja, os quatro meses

num só pagamento; mas vai pagar a elas pelo menos o salário mínimo. Naquela época, não havia ninguém que gritasse em favor das serventes.

A coisa mudou; é preciso que a Casa e o Paraná tenham conhecimento disso. E V. Exa. vai hoje para a Tribuna defender um homem que tem todo o gabarito; um homem bem credenciado para ser o Secretário de Educação.

Discordo do sr. Deputado representante de Londrina, quando diz que V. Exa. o está defendendo por questões de amizade. Eu entendo que o defendo também, e não por ligações de amizade. Defendo-o como V. Exa. faz, por justiça, por ver que vão Deputados à Tribuna criticá-lo injustamente. Critica-se um homem que tem a cabeça no lugar.

Era o aparte que queria dar a V. Exa.

OSR. PRESIDENTE — Está encerrado o prazo concedido a V. Exa.

O SR. IVO TOMAZONI — Vou deixar a Tribuna, agradecendo e desculpando-me com os srs. Deputados a quem não pude, em tempo hábil, conceder apartes.

E, ao final, requerer a transcrição da carta do sr. Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, dirigida ao sr. Governador do Estado.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 44 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiada.** Será anexada ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 12-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que institui o "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", a ser estabelecido mediante Convênios entre o Estado e seus Municípios. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Em discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na forma regimental, vamos encaminhar à Mesa o requerimento solicitando a observância de um dispositivo constitucional na votação desta matéria, como de todas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Esta Casa tem entendido, contra o voto da Minoria, e isto constitui matéria "sub-judice", é parte que o interstício previsto pelo artigo 3.º e seu parágrafo, da Emenda Constitucional n.º 3 em vigor, que 24 horas devia ser entendido como no início de cada sessão.

E assim como a Casa anuncia a Ordem do Dia numa sessão para o dia seguinte, tem esta Casa entendido que o interstício ali é de 24 horas. No entanto, ontem, a sessão se iniciou às 14:30 horas, e hoje, às 10:00 horas; e nós temos em pauta matérias da mais alta relevância, Projeto que cria o Programa de Integração Fazendária; o Projeto que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários arrecadadores do DRI; a Mensagem que visa instituir a FAMEPAR.

E como houve decisão desta Casa com relação ao interstício de 14,30 para 14,30 horas, e temos respeitado esse interstício e entendido que sempre que não haja protesto contra isso, e que a unanimidade da Casa aceite, é válido. Porque o próprio Regimento Interno prevê que a Casa pode diminuir o interstício.

Mas, o artigo 30 da Emenda Constitucional diz claramente: "salvo disposição constitucional em contrário, cada Projeto de Lei, ou Resolução, será

submetido a três discussões, mediando entre elas um interstício mínimo de 24 horas”.

§ 1.º — Nenhum Projeto de Lei ou Resolução poderá ser discutido e votado sem que tenha sido anunciado na Ordem do Dia com 24 horas de antecedência”.

Eu não quero me deter muito no exame dessa matéria, nem comentar, o que não seria despropósito, que esta sessão de sexta-feira, com a qual estamos inteiramente de acôrdo que se realize no horário matinal, justamente para que nós, Deputados do interior do Estado, e também para que os Deputados da Capital do Estado, que representam a Capital, possam manter o necessário contacto com o povo, apurando os casos que necessitam de legislação, com o valioso tempo que lhes é concedido.

Portanto, antecipadamente, desejo responder uma consideração que poderia ser feita a esse pedido, do de que a Casa adotaria, se aceito este requerimento; seria obrigada a adotar também para todos os demais Projetos de Lei igual procedimento.

Nós não vemos, em absoluto, qualquer despropósito nisso, que às sextas-feira, face a essa contingência, de mesmo o interstício, com o que somos contrários, e estamos aceitando porque tem sido vontade da maioria, é uma matéria que ainda não houve decisão, pronunciamento da Justiça sobre ela, mas que envolve, e estamos dirigindo uma consulta à Enciclopédia Britânica sobre isso, sobre esse interstício, que como disseram aqui é observado em todo mundo. Desejo esclarecer à Casa, de acôrdo com o que me faculta o contato com a Enciclopédia Britânica, à qual dirigi uma consulta nesse sentido, para apurar se, realmente, como disse o deputado Armando Queiroz, se observa isso. O interstício é contado do começo da sessão, é matéria de alta relevância e de alta discussão, mas o que não podemos conceber, é que não se observe ao menos isso, das 14,30, para as 10:00 horas.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa. disse muito bem que esse horário das sextas-feiras foi estipulado aos Deputados, para que pudessem viajar ao interior e assim se antecipar. Mas o interstício que V. Exa. defende com tanta sofreguidão, tôdas as vezes que vai a essa Tribuna, será respeitado, porque vamos pedir prorrogação da sessão e vamos votar lá pelas 15,30, 16,00 ou 17,00 horas.

OSR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte de V. Exa., e lamento que não seja construtivo, porque sempre ouvi de V. Exa. pronunciamentos construtivos e apartes construtivos. Esse, data vênio e respeito que tenho por V. Exa., não é construtivo e revela até uma certa animosidade por uma questão de respeito à lei, que devem ter todos nesta Casa.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite mais um aparte? (Assentimento) Não vejo em que V. Exa. nota em meu aparte algo de destrutivo, porque estou informando que vamos observar o interstício que V. Exa. defende. Pelo contrário, estou informando a V. Exa. que seu caso vingou, de modo que solicito que V. Exa. explique porque não dei um aparte construtivo.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite, é elementar que nós estamos na Ordem do Dia, que esta Ordem do Dia foi anunciada para as 14:30 horas de hoje; então, nós teremos que levantar a sessão, mas isto não supriria a nulidade também, porque a sessão foi convocada para às 10:00 horas e agora não se poderia convocar uma sessão para discutir a mesma Ordem do Dia duas horas depois.

O sr. Sebastião Rodrigues — Estou de pleno acôrdo com V. Exa., com as medidas que o nobre deputado Arthur de Souza anunciou que serão tomadas pela Bancada da Maioria. Não poderia suprir a nulidade, não adiantaria a prorrogação da sessão, porque esta se iniciou às 10:30 e, dentro do próprio conceito que a bancada da maioria tem de início da sessão para colocar as matérias dos demais dias na Ordem do Dia, dizendo que, uma sessão que se encerrou às 18 horas, não há problema para que no dia seguinte a matéria entre na Ordem do Dia. A matéria entra na Ordem do Dia na sessão que se iniciou às 14:00 horas, porque o que marca é o início da sessão; mesmo

prorrogando, esta sessão terá que se iniciar às 10:00 horas. Portanto, não haverá como suprir as nulidades.

O SR. MUGGIATI FILHO — Lógicamente, e principalmente pelo seguinte: Porque do ponto de vista do sr. Arthur de Souza, que é pessoa pela qual sempre tive admiração, o nobre deputado Sebastião Rodrigues sabe disto, teremos que aguardar as 18:30 horas, em que foi convocada ontem para a Mensagem dos oitocentos milhões.

O sr. Erondy Silvério — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre deputado Muggiati Filho, é muito difícil discutir matéria constitucional e jurídica com V.Exa., por V.Exa. realmente é um homem que estuda as leis, conhece muito bem a Constituição e que, quando vai à Tribuna, vai muito seguro de si, com uma argumentação quase que irresponsável. V.Exa. até deve ser, para o Poder Legislativo do Paraná, nestas questões, um bússola pela qual nós nos devemos guiar; mas eu sempre me louvo no espírito da lei e não na letra fria. A possibilidade de se convocar as sessões matinais às sextas-feiras foi aprovada através de uma Resolução nesta Casa. Se nós nos atermos à letra fria da Constituição e da Lei, então nós teremos que votar realmente a Mensagem dos oitocentos milhões em terceira discussão, e a Redação final às 18:00 horas do dia de hoje. A sessão, começando às 14:30 horas, não decorreram as 24 horas previstas na Lei. Mas o espírito do legislador, V.Exa. no íntimo sabe disto, foi evitar que se faça o que se fez comumente no passado. Quando o Governo tinha pressa numa Lei, a sua maioria convocava a sua bancada de maioria, às vezes, par duas discussões diferentes na mesma data. Foi para evitar isto então, que o Legislador fez incluir na Constituição a obrigatoriedade da decorrência de 24 horas; mas 24 horas para mim é quando o dia termina, às 24 horas. Para mim, um minuto além das 24 horas já decorreu o interstício. Acho que o espírito prático da Lei é este. De maneira que eu não estou de acordo com a tese que V.Exa. esposa. Acho que a Casa jamais perderia uma batalha judicial se se votar esta matéria hoje, com a sessão marcada com a quiescência de toda a Casa, com Resolução aprovada, marcada para as 10:00 horas da manhã, porque hoje é outro dia.

O SR. MUGGIATI FILHO — V.Exa. tocou em um ponto importante: com aquiescência de toda a Casa.

O sr. Erondy Silvério — Eu não me refiro aqui à bancada do M.D.B., porque todos são Deputados dentro da Casa. A Resolução anterior que autorizou e tornou perfeitamente legal este interstício da quinta-feira para sexta-feira, que não fazem as 24 horas, mas isto sim, além das 24 horas do dia de quinta-feira. Portanto, eu acho que a Mesa não deve preocupar-se com a alegação, aliás brilhante de V.Exa., de uma possível nulidade do que se vota aqui. Eu acho que a Mesa e o Líder da Maioria devem determinar que a sessão continue sem prorrogação, como pretende, das 14:00 horas, das 15:00, das 16:00 horas, porque acho perfeitamente regimental que se vote a matéria na sessão iniciada às 10:00 horas. Porque houve uma Resolução autorizando que assim se procedesse. E todas as Leis, até hoje, foram votadas dessa forma. E houve até o reconhecimento do próprio Judiciário, numa oportunidade, aqui, em que se votou lei de interesse do Poder Judiciário, da mesma forma que está se votando essa.

Portanto, data vênio o respeito e admoração que tenho por V.Exa., porque V.Exa. é, realmente, um homem que estuda uma matéria, e que não vai à Tribuna falar bobagens...

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado a V.Exa.

O sr. Erondy Silvério — Quando V.Exa. vai à Tribuna vai certo, vai com conhecimento, e V.Exa. tem sido um exemplo para este Poder Legislativo.

Mas, desta vez V.Exa. vai me desculpar, o espírito da Lei é de que não se façam duas sessões no mesmo dia.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte de V.Exa. Mas, esse é justamente um ponto em que a Minoria tem se batido contra a vontade da

Maioria, e a interpretação respeitável da Maioria, com a qual, infelizmente, não concordamos.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, tem se falado aqui com respeito ao interstício de 24 horas do anúncio da inclusão da matéria na Ordem do Dia sessão seguinte. Temos a impressão que esse assunto seria facilmente solucionado se a douta Mesa Executiva desta Assembléia fizesse uma modificação no escalonamento das matérias, isto é, a matéria discutida numa sessão de segunda-feira, — se não fôsse matéria de grande urgência, ela então entraria na Ordem do Dia da sessão de quarta-feira. E assim sucessivamente. Nós teríamos sucessivamente um interstício superior até mesmo às 24 horas que V. Exa. tem apregado dessa Tribuna. Com isso, também teríamos condições de resolver o problema das sessões das sextas-feiras, para que elas pudessem ser realizada pela manhã.

Então poderíamos, — quem sabe — apreciar aqui matérias que fôsem anunciadas na pauta da Ordem do Dia de quinta-feira, se fôsse o caso.

É lógico, caberia uma modificação no Regimento Interno, porque, no momento, isso não poderia acontecer, porque seria vedado pelo próprio Regimento Interno da Casa, e teríamos que analisar se seria um recurso constitucional, ou não.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado pelo aparte, nobre deputado Antônio Belinati.

Infelizmente, nosso Regimento não trata dessa Resolução que determinou a sessão matinal das sextas-feiras. Mas, o que estamos acentuando é que existe um dispositivo constitucional vigente, e esta sessão da sexta-feira foge da regra. Foge da regra de que o interstício deverá ser de 24 horas, porque isso é o que notamos que se formou nesta Casa, porque o interstício se contém as 24 horas do início da sessão. Então, a sessão se inicia às 14:30 horas e a seguinte é convocada para às 14:30 horas. Mas, quando se inicia às 14:30 horas não se pode convocar uma sessão com a Ordem do Dia para às 14:00 horas do dia seguinte.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Longe de mim, nobre Deputado, o desejo de dialogar com V. Exa., dada a grande diferença de conhecimentos jurídicos, que V. Exa. possui.

Mas, falando em meu nome, neste instante, quero ser coerente. Porque, no episódio da Constituição, quando V. Exa. e a sua Bancada entrou com aquele recurso, nós nos pegamos, na ocasião, que o interstício respeitado era do início de uma sessão ao início de outra. Portanto, acho que, neste instante, a simples prorrogação desta sessão não resolve. Neste episódio, a meu ver, na minha opinião particular, muito embora siga o pensamento da Liderança, V. Exa. está com toda a razão e seria até o caso de não se votar esta matéria na sessão de hoje.

No que tange a votação da Emenda à Constituição, a Bancada da Maioria estava certa; porém, neste momento, dou razão e concordo com V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado a V. Exa. pelo aparte ilustrativo, pela opinião valiosa de V. Exa.

Agradecendo, uma vez mais, o aparte com que me honrou o sr. deputado Erondy Silvério, tenho a dizer que declino de minha condição de advogado, neste instante, para seguir um princípio que aprendi durante este espaço de tempo que temos lutado pela vida. O direito é bom senso e para se ter bom senso não é preciso ser advogado. V. Exa. é homem de muito bom senso.

O sr. Erondy Silvério — Obrigado a V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Apenas neste aspecto estamos reiterando esta matéria, porque entendemos o entendimento da Mesa, compreendemos que a Mesa tem seguido aquilo que consta do Regimento Interno e que é sistema da Casa — a Ordem do Dia é contada desde o início da Sessão. Discordo disto, porque no Poder Judiciário é feito de maneira diferente; o prazo é contado de minuto a minuto, não de hora em hora, e não do início da sessão.

Nesta Casa não há dispositivo legal claro a este respeito e espero que o Regimento Futuro regulamente devidamente este aspecto.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Muggiati Filho, não contesto que a matéria terá que ser anunciada com 24 horas de antecedência.

Entretanto, sempre entendi e continuo entendendo que o prazo deve ser contado a partir do início da sessão. Como a sessão de hoje está sendo realizada pela manhã, entendo que estamos ferindo preceito constitucional. Se a sessão fôsse marcada para às 14,30 horas, estaríamos naquele princípio que aceito, como certo.

O SR. MUGGIATI FILHO — E o temos aceito até que se decida isto; tanto isto é verdade que temos votado outras Mensagens.

O sr. Armando Queiroz — Hoje, realmente, entendo, ponto de vista pessoal, que estamos infringindo preceito constitucional.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado. Seu aparte muito me honrou. E que ainda, a cujos argumentos nós aduziríamos o seguinte: que nesta semana, nós teríamos ainda aqueles que possam sentir necessidade disto, o sábado, o domingo e a segunda-feira pela manhã, para nos dedicarmos ao estudo desses Projetos que merecem que se perca o sábado e o domingo para estudá-los. Porque é matéria de real importância que aí está, e acumulada.

Além do mais, além das inconstitucionalidades para cuja matéria recebeu tão valiosos subsídios da ilustre Bancada da Maioria,...

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre deputado Muggiati Filho, o sr. deputado Armando Queiroz, através do aparte, expendeu justamente também o pensamento do Deputado que tem a satisfação de apartear-lo neste instante. E nós concordamos com a tese levantada por V. Exa., razão porque queremos endereçar um requerimento à Mesa, para que se dê por encerrada esta sessão, mesmo porque não há razão nenhuma de se votar de afogadilho nenhuma das matérias constantes da Ordem do Dia.

É o requerimento que eu faço à Mesa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu, neste momento, gostaria apenas de anotar ao eminente Líder da Maioria, que nós estamos encaminhando um requerimento à Mesa nesse sentido: (Lendo): "de que tratando-se de matéria de alta relevância, anunciada sem o interstício legal, que se conceda o adiamento".

O sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Ilustre deputado Muggiati Filho, e sempre com satisfação que nós ouvimos verdadeiras aulas que V. Exa. dá a este plenário. Eu concordo perfeitamente com a decisão que acaba de ser tomada pela Liderança da Arena. E quero dizer que V. Exa. tem inteira razão, quando diz que matéria de alta relevância precisaria ser estudada, debatida com mais tempo. E nós temos o ensejo do sábado e do domingo para isso.

Entretanto, como V. Exa. bem vê, é o bom senso que deve prevalecer. Quero que não fique nesta nossa atitude, uma apreciação apressada da realização das sessões às sextas-feiras, pela manhã. Continuo de acordo com o pensamento expandido há pouco, pelo ilustre deputado Erondy Silvério: são perfeitamente legais as sessões realizadas pela manhã. Há uma Resolução n.º 21/68, de 30 de setembro de 68, que diz que o artigo 73 do Regimento Interno fica acrescido dos seguintes parágrafos: "O Presidente poderá excepcionalmente convocar sessões ordinárias para o período matinal". Portanto, a partir desta Resolução, há três anos, esta Casa vem realizando sessões costumeiras ordinárias às sextas-feiras pela manhã. Portanto, entre o início da sessão de ontem à tarde e o início da sessão matinal de hoje, decorreram as 24 horas constitucionais.

O SR. MUGGIATI FILHO — Concedo o aparte ao sr. deputado Ivo Tomazoni.

O sr. Ivo Tomazoni — Nobre deputado Muggiati Filho. O Deputado que tem a honra de apartear-lo foi o autor do Projeto de Lei, na época, que se transformou na Resolução 21/68 e que modificou a redação do artigo 73 do

Regimento Interno, permitindo que o Presidente, excepcionalmente, convocasse sessões ordinárias para o período matinal. As sessões das sextas-feiras passaram a ser marcadas às 10:00 horas da manhã, possibilitando aos srs. Deputados as visitas às diversas regiões do Estado.

Agora estou numa dúvida, sr. Deputado. Não há porque não se adie a matéria constante da Ordem do Dia para a sessão de segunda-feira. Não vejo prejuízo nenhum, mesmo porque o período extraordinário vai até o dia 31 do corrente mês.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. diz muito bem. Não estamos em Sessão Ordinária; estamos em sessão extraordinária. E o Regimento Interno diz: "O Presidente poderá excepcionalmente convocar sessão ordinária".

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Se V. Exa. formular pedido para que a Ordem do Dia seja transferida para segunda-feira, votarei com V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Nobre Deputado, o aparte de V. Exa. coloca fim a uma discussão. Acredito que os nobres deputados Erondy Silvério e Antônio Lopes Júnior, também como eu, recebem com prazer o esclarecimento que V. Exa. acaba de fazer com relação a este episódio. Nada há a opor que a Ordem do Dia seja transferida para segunda-feira.

De modo que, estamos encaminhando à Mesa um requerimento no sentido de que, se atendendo ao disposto no artigo 30 da Emenda Constitucional n.º 3, seja adiada a votação da matéria constante da Ordem do Dia desta sessão para a próxima segunda-feira.

Encaminho o requerimento a V. Exa., sr. Presidente, nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra-assinado, com fundamento no artigo 30 da Emenda Constitucional n.º 3, requer adiamento da discussão de toda matéria constante da ordem do dia desta data, (Reg. Interno, art. 134, parágrafo 3.º, III), para a próxima segunda-feira.

Trata-se de matéria de alta relevância, anunciada sem o interstício legal, mesmo o defendido pela Maioria desta Augusta Casa, de sessão a sessão, visto que a de hoje tem início às 10:00 e não às 14:30 horas, como ocorre ordinariamente.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1971.

(a) — Muggiati Filho". — Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador)

O SR. PAULO POLI — (Questão de ordem) Sr. Presidente, diante desse requerimento formulado pelo nobre deputado Muggiati Filho, que naturalmente a Casa vai aprovar, fica a sessão, de certa forma, prejudicada.

Então, estou levantando esta Questão de Ordem para perguntar à Mesa sobre a possibilidade de que, nas sessões extraordinárias, sejam incluídos Projetos que não indicados no decorrer da semana. Então, há de se elaborar Projetos que talvez não tenham tanta urgência, que puncionariam de sexta em sexta-feira, não prejudicando o andamento da Ordem do Dia dos demais Projetos.

Então assim fica mais ou menos ordenado o funcionamento da Casa, no período matinal, porque com a explanação do eminente deputado Muggiati Filho, doravante todos os Projetos que serão votados na sexta-feira, sessão matinal, ficarão irregulares ou invalidados.

Esta a questão de ordem que estamos levantando, para que no decorrer da semana a Mesa decida.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento, no sentido de que a Mesa só inclua na Ordem do Dia das sextas-feiras, matéria em 1.ª discussão. Este meu requerimento resolve plenamente o assunto.

É o seguinte o requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente:

Requeiro da Mesa que a Ordem do Dia das sessões das sextas-feiras, ma-

finais, seja anunciada ao final das sessões das quartas-feiras, para assegurar atendimento dos interstícios constitucionais.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1971.

(a) — Erondy Silvério

O SR. PRESIDENTE — A Mesa acolhe a questão de ordem suscitada pelo nobre deputado Muggiati Filho. Efetivamente a apreciação nesta sessão dos Projetos constantes da Ordem do Dia, realmente conflita com dispositivo constitucional que estabelece o interstício de 24 horas entre dois turnos de apreciação. Assim, a Presidência deixa de submeter a voto os Projetos de Lei n.ºs. 96/71, 125/71 e 133/71, passando à apreciação de requerimento que se encontram sobre a Mesa. Em vista disso o requerimento de adiamento do nobre deputado Muggiati Filho fica prejudicado por falta de objeto.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 96/71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 69/71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, no sentido de que determine o retorno, no interior do Estado, da expedição dos exames de sanidade para motoristas. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia da próxima sessão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da carta dirigida ao sr. Governador do Estado pelo sr. Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná. — **Aprovado.** (O texto a ser publicado acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Secretário de Saúde do Estado, no sentido de que o mesmo promova campanha de esclarecimento à população, sobre a doença de Chagas. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 12, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 126/71;

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/71;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 125/71, 133/71.

Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IVO TOMAZONI, NA SESSÃO DE 9 DE JULHO DE 1971.

GRATIDÃO

“Cumpre à Associação dos Servidores Públicos do Paraná o dever de proclamar a sua admiração e contentamento, perante Vossa Excelência, pelo feliz desfecho do Governo, em efetuando os pagamentos dos atrasados do funcionalismo, pondo-o em dia, procedimento esse por igual para todos os credores do Estado, por serviços, fornecimentos ou descontos em folha das consignações dos Servidores.

Realmente, a situação financeira do Estado lançava nuvens sombrias a todos os setores da atividade pública e privada já que os débitos se alteavam desmesuradamente, em proporção as fontes arrecadoras. E foi, inegável.

mente, a determinação voluntariosa de Vossa Excelência, que nos poucos meses de Governo, possibilitou a sobrevivência dos dias animadores, que ora passamos.

É o Estado o principal incentivador dos negócios, no comércio, na indústria, nas instituições em geral, de modo que, ao falhar na sua administração, os efeitos se irradiam para a comunidade toda, com resultados desastrosos. Ninguém fica imune ao desastre.

Vossa Excelência evitou, pois, com rápida e sábia ação fiscal e de crédito, que o Paraná sofresse um tal pandemônio econômico. E parece-nos que, para alcance tão eficaz e proveitoso, Vossa Excelência terá contado com o assessoramento seguro e técnico do Sr. Lineo Emilio Klüppel, MD. Secretário da Fazenda, autoridade a quem a nossa terra já fica a dever testemunha de sincera gratidão.

COMISSÃO DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

7. LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

Aos vinte e nove dias do mês de abril de hum mil e novecentos e setenta e hum, na sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do senhor Deputado Antônio dos Santos Maciel Filho e com a presença dos senhores Deputados Helio Manfrinato, Marciano Baraniuk e Francisco Escorsin. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão de instalação. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, na qual o senhor Presidente distribui os seguintes projetos para serem relatados: Projeto de Lei n.º 47/69 para o Deputado Helio Manfrinato, Projeto de Lei n.º 32/69 para o Deputado Marciano Baraniuk, Projeto de Lei n.º 195/69 para o Deputado Lázaro Dumont e avocando o Projeto de Lei n.º 204/69. O senhor Presidente ressaltou a importância e a importância da Eletrificação Rural, solicitando que constasse da Ata uma proposição de sua autoria, apresentada por S. Excia., no 4.º CONGRESSO NACIONAL DO CAFÉ, na qualidade de representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do Secretário da Agricultura e da Federação da Agricultura do Paraná a qual passamos a transcrever: **COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS — ELETRIFICAÇÃO RURAL —** O 4.º CONGRESSO NACIONAL DO CAFÉ, realizado em Vitória (E.S.), reconhecendo o grande esforço do Presidente Medici, no desenvolvimento da Agropecuária Nacional e no desenvolvimento integral para alcançar a promoção humana resolve apresentar, na Comissão de Assuntos Gerais, alguns aspectos da Eletrificação Rural. Entre os grandes projetos do desenvolvimento nacional, destacamos a Eletrificação Rural, através do INCRA. Esse projeto contará com financiamentos obtidos no Exterior e será implantado, somente, pelo sistema de cooperativas de eletrificação e só para os proprietários rurais já inscritos. Por esta razão muitos não serão beneficiados. Para ilustrar, no Paraná, serão beneficiados com a eletrificação rural 38 Municípios, somente, dos 28 existentes e o mesmo acontecerá de injusto com os demais Estados. Esta tese propõe ao Banco Central para determinar ao Banco do Brasil e aos outros Bancos que operam no crédito agrícola as seguintes medidas: 1) Estender o mesmo reglamento de financiamentos de máquinas e implementos agrícolas para o programa de eletrificação rural (que estabelece o prazo de 5 anos, sendo no 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º ano, respectivamente, o pagamento de prestações de 10, 15, 20, 25 e 50% do montante do financiamento); 2) — Conceder 100% do valor do financiamento com o prazo de 5 anos, nas proporções indicadas no item 1; 3) — Permitir a inclusão no Orçamento de Financiamento de Eletrificação Rural, verbas necessárias para aquisição de eletrodomésticos diversos, destacando: rádios, aparelhos de televisão (TV), geladeiras, máquinas de lavar roupas, etc. Co méstes melhoramentos, no meio rural o Exceelntíssimo Senhor Presidente da República, conseguirá, de fato, promover o homem do campo. **JUSTIFICATIVA** — Uma televisão, numa propriedade rural, serve como meio educativo não só para o seu proprietário como para os seus empregados

e também para os vizinhos; Uma geladeira permitirá, além do conforto inerente à sua finalidade, possibilitará conservação de produtos de medicina humana e veterinária; Bastaria lembrar aqui a grande facilidade que traz na conservação de vacinas, principalmente, da vacina contra a febre aftosa e de outras que exigem a conservação em geladeira; Quanto à febre aftosa, que o Governo da Revolução pretende erradicar, cuja campanha já foi lançada pelo Ministério da Agricultura em diversos Estados do Brasil, a geladeira exercerá uma grande contribuição — porque exige conservação no gelo. **CONTRIBUIÇÃO AO 4.º CONGRESSO NACIONAL DO CAFÉ DO DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO MACIEL FILHO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO)** Representante da Assembleia Legislativa, do Secretário da Agricultura e da Federação da Agricultura do Paraná. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual eu Ney Rodrigues, secretário, lavrei a presente ATA, que lida e achada conforme é por mim e pelo senhor Presidente assinada para que produza os efeitos de Lei.

(aa) Antônio dos Santos Maciel Filho — Presidente
Ney Rodrigues — Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
ATA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de hum mil, novecentos e setenta e hum, às 17 horas, na sala de reuniões das Comissões, estiveram reunidos os membros da Comissão de Saúde Pública, Deputados João Calil Fadel, Maurício Fruct e Ovidio Franzoni. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente iniciou a sessão, colocando em votação a ata da sessão anterior e usando da palavra comunicou a convocação dos Senhores Deputados Ovidio Franzoni e Arizone Mendes de Araújo para assumirem a vaga de membros titulares da referida Comissão, na vacância dos Deputados Paulo Camargo e Emílio Carazzai, respectivamente. Nada mais havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. Em votação, Projeto de Lei n.º 314/70, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que "Denomina" Hospital Infantil Dr. Antonio Fontes, o atual Hospital Infantil de Paranaguá. Relator Deputado Maurício Fruct. Parecer pela aprovação. Aprovado. Nada mais havendo o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Carmen Aparecida Fregoneze lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai por mim, pelo Presidente e membros presentes, assinada, para que produza os efeitos legais.

(aa) João Calil Fadel — Presidente
Carmen A. Fregoneze — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado A. Maciel Filho apresentou redação final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 143/70** — de autoria do senhor C. Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a doar uma Motoniveladora com as características que especifica, à Prefeitura de Astorga. **PROJETO DE LEI N.º 151/70** — de autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Cambará. **PROJETO DE LEI N.º 173/70** — que autoriza o Poder Executivo a doar a Fundação Legião Brasileira de Assistên-

cia, dois lotes de terreno, na forma que especifica. **PROJETO DE LEI N.º 231/70** — de autoria do Poder Executivo — **MENSAGEM N.º 27/70**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição dos produtores como contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e dá outras providências. **PROJETO DE LEI N.º 1/71** — de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, que denomina distrito Antônio Brandão de Oliveira, o atual São João, situado no município de Jataizinho, comarca de Uraí. **APROVADOS**. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO N.º 140/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Astorga, 1 (uma) Motoniveladora marca Adams, modelo 610, série 3351, chassi n.º UDC-8764, motor n.º UDCM — 8764, equipada com 6 pneus.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6-07-71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

A. Maciel Filho — Relator
Pinto Dias

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO N.º 151/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais do Cambará.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

A. Maciel Filho — Relator
Pinto Dias

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO N.º 173/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, nos termos desta Lei, autorizado a doar para a Fundação Legião Brasileira de Assistência, dois lotes de terreno medindo, ao todo, 88,00m. de frente para a rua Curupaitis, fazendo fundos com os lotes A e B, frente para as ruas Sebastião Paraná, onde medem 55,00m. e rua Divina Providência onde medem 35,00m. com as respectivas benfeitorias, lotes estes localizados nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6-07-71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

A. Maciel Filho — Relator
Pinto Dias

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO N.º 231/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os produtores ainda não inscritos como contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, são obrigados a inscrever-se na repartição a que se jurisdicionarem.

Parágrafo único — A Secretaria da Fazenda, por instrução, adotará providências complementares visando a implantação, forma e prazo de recolhimento do imposto, concernentes à exigência prevista neste artigo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6-07-71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

A. Maciel Filho — Relator

Pinto Dias

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO N.º 1/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominado Distrito Antonio Brandão de Oliveira, o atual São João, situado no Município de Jataizinho, Comarca de Uraí.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6-07-71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

A. Maciel Filho — Relator

Pinto Dias

COMISSÃO DE FINANÇAS

7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 6a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de julho de hum mil novecentos e setenta e um, às quinze horas, na Sala de Reuniões desta Assembléia, reuniu-se a Comissão de Finanças, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: — Leopoldo Jacomel, Presidente, Paulo Poli, Ovídio Franzoni e Maurício Fruet. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a sessão, passando-se de imediato à leitura dos pareceres oferecidos aos processos de números: — 96-71, 5-71, 153-70, 193-70, 126-71 e 119-69 constantes da pauta dos trabalhos. O Projeto de Lei 126-71, oriundo da Mensagem 18-71, que trata do empréstimo ou financiamento externo até o montante de oitocentos milhões de cruzeiros, a ser contraído pelo Poder Executivo, recebeu parecer favorável de seu Relator, Deputado Ovídio Franzoni. Em aparte, o Deputado Maurício Fruet solicitou vistas da matéria, sendo secundado pelo Deputado Paulo Poli. O Deputado Fruet, após a leitura do teor da Mensagem, manifestou sua intenção de encaminhar através da Mesa, um requerimento ao Senhor Governador solicitando informações sobre a aplicação da importância pleiteada. O Dep. Paulo Poli em aparte, sugere que o Deputado Fruet vote pelo parecer com restrições, deixando para formular tal Requerimento, quando da apreciação da matéria em plenário. Continuando, o Deputado Paulo Poli diz de antemão que votará favoravelmente ao requerimento do Dep. Fruet quando de sua apreciação em plenário, pois considera muito justa a preocupação do ilustre representante emadebista. Finalizando, diz que vota a preocupação com restrições pelo parecer, retirando inclusive seu pedido de vistas ao Projeto, em virtude do Deputado Maurício Fruet haver acatado sua sugestão. A Proposição 119-69 recebeu parecer opinando pelo seu arquivamento, por tratar de matéria de competência exclusiva do Governo Federal. Aprovado. Os demais projetos acima mencionados tiveram seus pareceres aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual lavei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária Ad-hoc.

Leopoldo Jacomel — Presidente

Elcy Silva Batista — Secret. Ad-hoc.

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 7a. REUNIAO ORDINÁRIA

1a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 7a. LEGISLATURA

Aos seis dias do mês de julho, do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se na Sala das Comissões após a sessão plenária, a Comissão de Finanças, sob a presidência do deputado Ovidio Franzoni e com a presença dos senhores deputados: Santos Lima, Gabriel Manoel e Paulo Poli. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N.º 125-71 — De autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 16-71, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários fisco-arrecadadores do D.R.I., da Secretaria da Fazenda. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 133-71 — De autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17-71, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, (FAMEPAR), com personalidade jurídica de Direito Público, sede e fóro na capital. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

Leopoldo Jacomei — Presidente

Elcy Silva Batista — Secret. Ad-hoc

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEG. EXTRAORDINÁRIA

ATA DA 7a. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

As dezessete horas, do dia seis do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e um, após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão, presentes os Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Acyr José, Sebastião Rodrigues Júnior, Igo Lasso, Cândido Manoel, José Muggiati Filho, Odilon Reinhardt e Borsari Netto suplente, e o Senhor Assessor Doutor José Maria Zarnardini de Camargo. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando que fosse anotada a presença dos Senhores Deputados Ivo Tomazoni, Digníssimo Primeiro Secretário desta Casa e Paulo Poli, a presença do Senhor Vereador desta Capital, Paulo Vieira de Camargo e da Assessoria do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda. Foi aprovada a Ata da 10a. Reunião Ordinária após a sua leitura. Constou do Expediente desta Reunião Offício n.º 206-71, do Senhor Secretário, digo do Senhor Primeiro Secretário desta Assembléia, consultando esta Comissão, sobre o procedimento da 1a. Secretaria no tocante a legalidade da "Ajuda de Custo", na Convocação Extraordinária. Após sua leitura para conhecimento de todos os membros, o Senhor Presidente designou o Deputado Gilberto Carvalho para dar seu parecer ao mesmo. Passou-se à Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI N.º 25-71, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Da nova redação ao item 5.º, do artigo 195, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970. Relator Odilon Reinhardt. Parecer: favorável com o substitutivo anexo. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI N.º 27-71, de

autoria do Senhor Deputado Cândido Manoel M. de Oliveira. Declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, entidade mantenedora da Escola Mercedes Stresser. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer favorável com substitutivo anexo. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI N.º 68-71, de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso. Autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00, ao ancião Senhor Manoel Mauricio, residente nesta Capital. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável com substitutivo anexo. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI N.º 73-71, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na Rodovia que liga o Município de Pinhão ao Município de Mangueirinha. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI N.º 76-71, de autoria do Senhor Deputado Marciano Baraniuk. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI N.º 89-71, de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli. Acresce ao artigo 131, da Lei n.º 5.871, de 6.11.68, o parágrafo que especifica. Relator Deputado Gilberto Carvalho. O Deputado Cândido Manoel solicita vista do mesmo. Devolve-o em seguida. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI N.º 93-71, de autoria do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo a elevar a pensão mensal concedida à Maria Francisca Oliveira. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: favorável. Aprovado. 8) PROJETO DE LEI N.º 100-71, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Acresce do artigo que especifica, à Lei n.º 5.611, de 9.8.67. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI N.º 105-71, de autoria do Senhor Aguinaldo Pereira Lima. Autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Municipal de Arapoti. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI N.º 125-71, de autoria do Gvêrno do Estado. Mensagem n.º 16-71, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Regime de Trabalho e Remuneração dos Funcionários fisco-arrecadadores do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria da Fazenda. Relator Deputado Cândido Manoel. Parecer favorável com uma emenda. Pôsto em votação o parecer separado da emenda. Aprovado o parecer e a emenda. 11) PROJETO DE LEI N.º 133-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17-71, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, com sede e fóro nesta Capital. Relator Deputado Acyr José. Parecer favorável. Aprovado. 12) PROJETO DE LEI N.º 114-70, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Regulamenta a Assistência Médico Hospitalar ao Funcionário Público e seus dependentes através do Instituto de Previdência do Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 13) PROJETO DE LEI N.º 239-69 — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Passa à Jurisdição da 4a. Inspetoria Regional de Ensino de Francisco Beltrão, a Inspetoria Auxiliar de Ensino do Município de Santa Isabel do Oeste. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 14) PROJETO DE LEI N.º 225-69, de autoria do Sr. Dep. José Alencar Furtado. Responsabiliza o Servidor do Estado por lançamentos fiscais irregulares, a ressarcir pessoalmente a parte prejudicada, na mesma proporção do percentual a que tem direito, caso a execução fiscal seja concretizada. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: contrário. Aprovado. 15) PROPOSIÇÃO N.º 34-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 15-71 encaminhando cópia autêntica de convênio celebrado em 10.8.70, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba, para elaboração da Planta Cadastral 1.2.000 de Curitiba. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Encer-

rada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente esclareceu que amanhã, dia sete, haverá Reunião Ordinária desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme por todos os membros da Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente.

(aa) Dep. Wilson Brandão — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

ATA DA 2a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de julho de hum mil novecentos e setenta e um, às dezoito horas e dez minutos, reuniram-se na Sala das Comissões, os membros da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Lázaro Dumont e com a presença dos Senhores deputados Borsari Neto, Hélio Manfrinato e Gilberto Carvalho, havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Em seguida foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 81-70, de autoria do Deputado Paulo Poli, autorizando o Poder Executivo estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada ligando Campo Mourão a Cianorte, passando por Araruna. Relator Deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 106-70, de autoria do Deputado Armando Queiroz, autorizando o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Quinta do Sol, para estender linha de alta tensão ao Distrito de Irapuã. Relator Deputado Borsari Neto, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 196-70, de autoria do Deputado Túlio Vargas, transferindo ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga Floresta e Itambé. Relator Deputado Borsari Neto, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 237-70, de autoria do Deputado Jorge Sato, autorizando o Poder Executivo firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município de Maringá, para proceder aos serviços de pavimentação asfáltica do trecho entre a Avenida Brasil e a Rodovia PR-13. Relator Deputado Borsari Neto, parecer favorável. Aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu Agildes de Oliveira Martins, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

Deputado Lázaro Dumont — Presidente
Agildes de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

ATA DA 11a. REUNIÃO ORDINÁRIA

As dezenove horas e trinta minutos, do dia sete do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e um, após o término da Sessão Plenária, após, digo na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão, presentes os Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Acyr José, Igo Losso, Emílio Carazzai e Ovidio Franzoni, suplente desta Comissão. Estiveram presentes à reunião os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Dig-

níssimo Primeiro Secretário desta Casa, Erondy Silvério e Paulo Poli. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da 7a. Reunião Extraordinária. Nada constando da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia: 1) Ofício n. 206-71, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, DD. Primeiro Secretário desta Assembléia, solicitando parecer sobre a legalidade do pagamento da Ajuda de Custo referente à convocação extraordinária desta Assembléia. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: Não há qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional quanto à convocação extraordinária. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI N.º 82-71, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Estadual no Município de Palotina, para funcionar a partir do ano em curso. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável com substitutivo. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, deputado Wilson Brandão, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme por todos os membros da Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente.

(aa) Deputado Wilson Brandão — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

1a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 7a. LEGISLATURA ATA DA 1a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reunia-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do sr. deputado Leopoldo Jacomel. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 182-70 — de autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomel, que cria uma Circunscrição de Trânsito, com sede na Lapa, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator senhor deputado Fuad Nacli, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 16-71 de autoria do senhor deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir para a responsabilidade do D.E.R., a conservação das estradas Astorga-Jaguapitã, passando pelos distritos que especifica. Relator senhor deputado Fuad Nacli, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 34-71 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli e Wilson Fortes, que cria uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do município de Barra do Jacaré. Parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 57-71 — de autoria do senhor deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do município de Colorado, um curso científico para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator senhor deputado Fuad Nacli, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 89-71 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que acresce o artigo 131, da Lei n. 5.871 de 6.11.68, o parágrafo que especifica. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 70-71 — de autoria do senhor deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os municípios de Bocaiuva do Sul a Colombo. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente
Ass. Ilegível — Secretária